

## Sobre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio

**26 de dezembro de 2018**

Durante décadas o Brasil buscou o currículo único como estratégia para resolver as desigualdades. A experiência redundou em fracasso.

A Reforma Curricular busca superar a antiga tendência centralizadora e induzir à experimentação e à inovação curricular. É sábio reconhecer a diversidade como importante atributo dos sistemas de ensino e ao induzir à flexibilidade curricular. Ao se conceber reformas e matrizes curriculares, é sempre oportuno termos em mente que a perspectiva de diversidade e de pluralidade se nutre justamente da existência de diferenças.

A busca por consensos universais é perspectiva que nos condenaria a ver eternizar as discussões. Em uma sociedade democrática, na qual os cidadãos podem fazer escolhas, o ponto de equilíbrio não resolve nem elimina as diferenças, mas permite e encoraja que elas existam. Por isso, a melhor equação a que se pode chegar deve ser flexível a ponto de permitir a coexistência de currículos diferentes.

Esses grandes méritos da Reforma não a blindam contra as muitas críticas que recebe. Para além das alegações, a reação talvez se deva também ao ineditismo da situação. As muitas décadas de controle e centralização fizeram com que gerações de professores e de educadores tenham se formado sob a permanente tutela do Estado. Nunca antes uma geração de educadores enfrentou o desafio de conceber percursos escolares em meio a tanta liberdade e a tanta imprevisibilidade. Hoje, liberados dos grilhões e confrontados a conceber currículos, muitos reagem como órfãos da tutela - (ao ponto de reivindicar o seu retorno!)

Por outro lado, convém reconhecer que hoje o currículo e as práticas escolares são determinados por duas ordens de fatores: de um lado, pelas prescrições legais, tais como a Reforma do Ensino Médio; de outro lado, pelas avaliações externas que cercam os diferentes níveis de ensino. Entre um e outro, o peso das avaliações externas tende a ser cada vez mais preponderante do que qualquer recomendação legal. Os critérios estabelecidos como condição para o ingresso na graduação têm forte influência sobre o currículo e no que mais se passa nas escolas. Para que a discussão avance, será importante que a sociedade discuta a matriz que compõe os exames de cada uma dessas avaliações. Será necessário que fique claro como se darão os processos externos de avaliação, como a certificação do Ensino Médio e, sobretudo, os exames de acesso ao nível superior.

Será dos Conselhos Estaduais de Educação a responsabilidade de fazer discernimentos e encaminhar as primeiras escolhas. O foco do debate deve ser o aluno e seu futuro. O ensino público de qualidade é um bem comum, cuja oferta é do interesse de todos os brasileiros. Acreditamos que Direção, Equipe Pedagógica e os Professores de cada escola saberão usar a flexibilidade curricular em função das melhores perspectivas de futuro para os estudantes. Melhor do que ninguém, saberão discernir, a cada caso, que repertório de conteúdo será o mais adequado para suas perspectivas e demandas.

O compromisso deve ser, em primeiro lugar, com a formação das próximas gerações de brasileiros cujas trajetórias de vida se desenvolverão pelo século XXI afora, em um contexto convulsionado pelos impactos das intensas mudanças tecnológicas. As inovações necessárias brotarão das experiências possibilitadas pela flexibilidade curricular.

**Pedro Flexa Ribeiro**